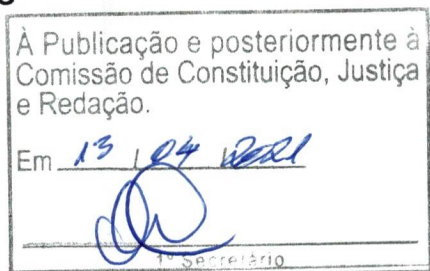




ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



PROJETO DE LEI Nº. 369/2021.



*Incentiva a doação de plasma sanguíneo por pessoas curadas do COVID-19, no âmbito do Estado do Tocantins.*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:**

Art. 1º Ficam estabelecidos incentivos para a doação de plasma sanguíneo por pessoas curadas do COVID-19, no âmbito do Estado do Tocantins.

Art. 2º Deverão ser observados os requisitos necessários determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para a realização da doação de plasma sanguíneo.

Art. 3º Ficam garantidos ao doador de plasma convalescente do COVID-19, nos termos dispostos nesta lei, os direitos abaixo mencionados:

I – certificado de “amigo da saúde”, emitido pela Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, contendo a data que foi realizada a doação;

II – isenção do pagamento de taxa de inscrição de concursos públicos e processos seletivos realizados no âmbito dos Poderes do Estado do Tocantins, desde que o doador tenha realizado no mínimo três doações nos 12 (doze) meses anteriores à publicação do edital do concurso ou processo seletivo;

III – meia-entrada em eventos culturais ou esportivos, subsidiados com recursos públicos, no Estado do Tocantins, pelo período de 12 (doze) meses a contar da última doação.



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**



Parágrafo único. O certificado de "Amigo da Saúde" poderá ser utilizado como meio probatório, para fins de garantias dos direitos previsto nesta lei.

Art. 4º A utilização do plasma sanguíneo de que trata esta Lei se dará para fins de desenvolvimento de projetos de pesquisas e outros fins indicados pelas autoridades sanitárias competentes do Estado do Tocantins.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma grande letra inicial.

Assinatura manuscrita em tinta azul, com traços fluidos e uma grande letra inicial.

ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

## JUSTIFICATIVA

O mundo está vivendo uma pandemia pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e ainda não há vacina e nem tratamento específico para essa doença (Covid-19) que, num percentual de pessoas, pode ser muito grave e mesmo levar à morte.

As pessoas que se curam dessa infecção desenvolvem anticorpos no seu plasma que podem ser úteis para ajudar a recuperação de pacientes com formas graves da Covid-19. O plasma é a parte líquida do sangue e poderá ser coletado de pessoas recuperadas de Covid-19 para ser aplicado em pacientes que tenham um quadro grave dessa doença. Os médicos esperam que os pacientes que receberem o plasma proveniente de convalescentes da Covid-19 tenham uma recuperação mais rápida, menor tempo de internação e de UTI e um menor risco de morrerem dessa infecção. Vale salientar que a medida ora apresentada se encontra devidamente autorizada pelo Ministério da Saúde, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 21/2020-CGSH/DAET/SAES/MS.

Nesse sentido, entendendo a importância do projeto em face do período de pandemia que estamos vivenciando, solicitamos o apoio de todos os parlamentares dessa casa, para a aprovação da proposição em plenário, **em regime de urgência**.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 2021.



ISSAM SAADO

DEPUTADO ESTADUAL





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

Nomeio o Deputado(a) Leiteiro Padro  
do Projeto de Lei nº 369/2021, na Comissão de  
Constituição, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, 13 de Abril de 2021.

  
Deputado **RICARDO AYRES**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei 369/2021  
**AUTOR:** Deputado **ISSAM SAADO**  
**ASSUNTO:** Incentiva a doação de plasma sanguíneo por pessoas curadas do COVID-19, no âmbito do Estado do Tocantins.  
**RELATOR:** Deputado **CLEITON CARDOSO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para exame e parecer, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei 369/2020, de autoria do Deputado **Issam Saado**, o qual “Incentiva a doação de plasma sanguíneo por pessoas curadas do COVID-19, no âmbito do Estado do Tocantins”.


Na justificativa, o autor aduz que as pessoas curadas da infecção Covid desenvolvem anticorpos no seu plasma que podem ser úteis para ajudar a recuperação de pacientes com formas graves da doença.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça, e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

**II – VOTO**

Em princípio destaca-se que a Proposição é relevante, uma vez que pretende assegurar o direito à saúde aos tocaninenses por se tratar de medida que visa ao tratamento das formas graves da Covid-19.



Assim, no que atine à constitucionalidade da proposta, verifica-se que, materialmente, a mesma não encontra óbice no ordenamento jurídico brasileiro. No que se refere à competência legislativa, a propositura se insere entre as competências concorrentes dos Estados e União, conforme art. 24, da Constituição Federal:

*“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre*

*[...]*

*XII-previdência social, proteção e defesa da saúde;”*

Por outro lado, a matéria em questão não é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Estadual, uma vez que não há previsão no rol taxativo do §1º do artigo 27 da Constituição Estadual.

Considerando a adequação do presente projeto às regras de competência e aos trâmites legislativos, faz-se necessário reconhecer a sua constitucionalidade.

Quanto à juridicidade, a proposta encontra-se em conformidade com o estabelecido na Nota Técnica nº 21/2020 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a coleta e transfusão de plasma de convalescente para uso experimental no tratamento de pacientes com COVID-19, não se encontrando, portanto, quaisquer vícios impeditivos à tramitação da proposta.

No que tange à técnica legislativa, a proposta se encontra em consonância ao que dispõe a Lei Complementar Estadual nº 28/2001, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, e encontrando de acordo com a ordem constitucional e legal, atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº **369/2021**.

**É o PARECER.**

Sala das Comissões, em 27 de abril de 2021.



Deputado **CLEITON CARDOSO**

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)  
Deputado(a).....*Cleiton Cardoso*....., referente  
ao Projeto de Lei nº *369*/2021, na **Comissão de Constituição, Justiça e  
Redação.**

Encaminhe-se à Comissão de **Finanças, Tributação, Fiscalização e  
Contre.**

Sala das Comissões, *04* de *Maio* de 2021.

Deputado **RICARDO AYRES**  
Presidente

**MEMBROS EFEITVOS**

  
Dep. **CLAUDIA LELIS**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **PROF. JUNIOR GEO**

**MEMBROS SUPLENTES**

Dep. **AMÁLIA SANTANA**

  
Dep. **ELENIL DA PENHA**

Dep. **OLYNTHO NETO**

Dep. **FABION GOMES**

Dep. **VILMAR DE OLIVEIRA**